A pandemia e a resposta do Brasil

» ERIK FIGUEIREDO
Presidente do Ipea

Na Nota da Presidência nº 7/2022, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), constatou-se que o crescimento da pobreza no Brasil, devido ao choque causado pela pandemia da covid-19, ficou muito aquém do projetado por organizações internacionais e pesquisadores no início da crise sanitária. Enquanto os especialistas projetaram um aumento da pobreza em 5 milhões de famílias, entre 2019 e 2021 a pobreza apresentou um aumento moderado de 1,38 ponto percentual (p.p), o que correspondeu a pouco menos de 1 milhão de famílias. Contudo, essa fotografia encontra-se desatualizada, pois, os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios contínua (Pnad -c) captam a realidade até o final de 2021.

Sabe-se que, a partir de dezembro de 2022, com as ações do Programa Auxílio Brasil, foram estabelecidos novos valores mínimos para o pagamento do benefício social e, principalmente, foram incluídas novas famílias no programa. Esses aspectos também são discutidos em uma Nota da Presidência do Ipea nº 10/2022, em que é demonstrado que o estabelecimento do valor mínimo para o benefício e a inclusão de novas famílias no Programa Auxílio Brasil até agosto de 2022 serão essenciais para mais do que atender a urgência social requerida pelo choque da covid-19. Essas ações vêm contribuindo para minorar os efeitos adversos da pandemia sobre o bem-estar dos brasileiros menos favorecidos.

Em particular, o Auxílio Emergencial — primeira resposta dada à crise sanitária — criou, em 2020 e 2021, um colchão de proteção social que foi fundamental para que a parcela mais pobre atravessasse o período mais crítico da pandemia. O Auxílio Emergencial notabilizou-se como o maior programa de transferência de renda da história brasileira e, no total, R$ 354,6 bilhões foram repassados a 68,3 milhões de pessoas entre abril de 2020 e outubro de 2021. Já o Auxílio Brasil, que em novembro de 2021 começou a pagar benefícios no valor mínimo de R$ 400 (mais do que o dobro do programa anterior) a 14,5 milhões de famílias, pagará, neste mês de agosto, novo valor mínimo de R$ 600 a mais de 20 milhões de famílias em todo o país.

Como resultado, apenas nos oito primeiros meses de 2022, os valores mensais pagos pelo Auxílio Brasil possibilitaram aumento de recursos destinados às parcelas mais vulneráveis na ordem de R$ 30,3 bilhões em relação ao mesmo período de 2019. Em termos de poder de compra, os novos valores possibilitarão um ganho de renda real que pode atingir 116% em termos da cesta básica.

Como resultado dessas ações, as estimativas indicam que a extrema pobreza do Brasil atingirá 4% até o final de 2022. Esse cenário é particularmente relevante quando se observa a evolução da extrema pobreza no resto do mundo. Enquanto o resto do mundo prevê aumento de 15% na extrema pobreza, o Brasil segue na contramão do processo, registrando uma queda de 22% no mesmo indicador, caso se considere o intervalo entre 2019 e 2022.

Outro ponto de destaque é a interação harmônica entre o Programa Auxílio Brasil e o mercado formal de trabalho. Até julho de 2022, a cada mil famílias incluídas no programa social, foram gerados 365 novos empregos formais. E essa geração de emprego não se deu de forma concentrada nas grandes cidades. Cerca de 33% foram gerados em cidades com menos de 100 mil habitantes. Caso consideremos o limiar da informalidade, 22% dos empregos foram gerados em municípios com taxa de informalidade superior a 40%. A mensagem é de que muitos dos novos empregados são oriundos da informalidade e, dado o mecanismo de preservação do benefício social, mesmo quando de o beneficiado encontra um emprego formal, muitos brasileiros vulneráveis estão ingressando na porta de saída do programa social. É a transição da armadilha de pobreza para a rampa de saída da assistência social.

Por fim, o desafio de tornar o Brasil livre dos efeitos da pandemia da covid-19 ainda está no início. Contudo, se podemos celebrar algo em meio a este momento de dificuldades é que o Auxílio Brasil, hoje um programa social permanente, representa um avanço determinante para o país no sentido de reduzir os efeitos nocivos desta crise sanitária, de garantir proteção social a nossa população mais vulnerável, assegurando a acessão social por meio do trabalho e da dignidade humana.

ESG traz importância dos processos educacionais em múltiplas etapas

» RONALDO MOTA
Diretor acadêmico do ITuring

Meio ambiente, social e governança é a tradução literal para a sigla ESG (em inglês, Environmental, Social and Governance). Essas três palavras traduzem a necessidade de uma noção mais ampla de sustentabilidade na prática do mundo corporativo. Elas sugerem a necessidade das empresas se assumirem enquanto protagonistas, unindo a geração de valores econômicos com a preocupação ativa em questões ambientais, sociais e de governança corporativa.

ESG está presente hoje nas melhores empresas e a tendência é que essa relevância aumente no futuro próximo. Exemplo disso, segundo dados do Google Trends, estão nas buscas pelo tema que cresceram em torno de 250% até fevereiro deste ano. Cabe também destacar que o Brasil é identificado como o país latino-americano que mais tem acessado o assunto, hoje entre as 25 nações onde o tema é mais procurado.

De acordo com estudos da empresa PwC, até 2025, 57% dos ativos dos fundos mútuos da Europa só farão investimentos em iniciativas que valorizam a sigla. Mais relevante ainda é que 77% das empresas pretendem — no prazo de dois anos — não adquirir mais produtos que não sejam alinhados ao ESG.

As respostas a esse enorme desafio implicam mudanças de comportamento, de prioridades e da própria cultura organizacional, que deve envolver os profissionais, sejam eles de liderança ou não, contemplando todo o ciclo da empresa. Trata-se da formação continuada dos que já atuam enquanto colaboradores, como daqueles que serão absorvidos adiante, com objetivo de garantir a aprendizagem de novos ou revalorizados conceitos e de estratégias inéditas. Nesse sentido, educar para ESG é um eixo fundamental em qualquer plano bem-sucedido para cumprir essa missão.

Essa proposta carrega consigo a necessidade de atenção para a importância do social, do ambiental e de aspectos de governança, que implica em priorizar um conjunto de habilidades socioemocionais que antes não eram contempladas. Além da exigência do domínio de conhecimentos, técnicas e procedimentos tradicionais das atividades da empresa, o ESG apresenta demandas relacionadas à ocupação de um papel central para que os profissionais sejam capazes de aprender sobre novos valores e práticas associadas à sustentabilidade.

Para tanto, é indispensável que os profissionais demonstrem habilidades para resolver problemas, fazendo uso de métodos científicos e pensamento crítico. Além disso, uma abordagem educacional que incorpora ESG como elemento fundamental, valoriza habilidades de comunicação de forma que haja um cuidado com as pessoas, incluindo a promoção de mediações com flexibilidade e competência em todos os contextos. Usar a inteligência emocional com empatia e autocontrole, pode aumentar a capacidade de gestão individual e coletiva também.

Nesse contexto, que demanda uma visão panorâmica, é preciso que todos demonstrem capacidade de realizar atividades multitarefas, para facilitar análises apuradas e tomadas de decisões complexas. Da mesma forma, é imprescindível que exista colaboração em equipe de forma produtiva, com respeito e cordialidade, para entender características individuais, circunstâncias e promover ambientes criativos e de empreendedorismo, com processos coletivos e cooperativos.

Não existem receitas prontas, mas sabemos que a educação é, certamente, um dos pilares capazes de executar a tarefa de desenvolvermos nova cultura organizacional, onde temas de sustentabilidade, lato sensu, sejam, em breve, naturalmente internalizados em todas as etapas dos processos do mundo corporativo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Não teme a própria sorte

Fôssemos reduzir e comparar a união ou relação estabelecida entre a sociedade brasileira e o Estado ao matrimônio, por certo, esse casamento estaria nas barras dos tribunais de família, envolto num processo ruidoso de divórcio litigioso. Nenhum juiz de paz neste mundo, ou conciliador, por mais capaz que seja apto a mediar e estabelecer pontes seguras entre a população e o Estado, conseguirá promover uma convivência harmônica, enquanto perdurar a apropriação desmedida das elites políticas sobre as instituições e os poderes.

Caminhar pelas principais ruas das metrópoles deste país, observando com atenção todo o entorno, é possível ter uma pequena mostra desse fosso imenso e, cada vez mais, alargado, entre a nação e o Estado. A questão é saber quanto tempo durará essa "paz de cemitério" entre o casal, até que haja uma ruptura brusca e violenta. Tomando a população pelo gênero feminino e o Estado, pelo masculino, dentro de um país, reconhecidamente, campeão mundial em feminicídios, fica subentendido que, nessa relação abusiva, não está totalmente descartada a possibilidade de cometimento de mais um crime dessa natureza.

Na verdade, as mortes diárias nas ruas do país, tomado pela violência, somadas às mortes nas filas intermináveis dos hospitais e toda a sorte de destino trágico experimentado pela população, dão indícios suficientes de que está havendo crime contra a vida.

O problema poderia ser resolvido, em parte, fossem eliminadas as desigualdades econômicas e a indiferença do Estado em relação à questão. Os números, por sua aproximação com a realidade material e concreta, são capazes de demonstrar melhor as disparidades. De acordo com pesquisa mensal, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em um trabalho que vem sendo realizado desde 1955, o salário mínimo atual, capaz de atender, razoavelmente, uma família de quatro pessoas por 30 dias deveria, em valores atualizados, ser de R$ 6.527,67, ou seja 5,39 vezes o piso nacional que hoje é de R$ 1.212.

O que se tem aqui são as realidades discrepantes e indiscutíveis dos números. Vis a vis, por outro lado, e dentro do mesmo contexto de tempo e lugar, a aprovação, nesta quarta-feira (10) de um aumento de 18% nos salários, autoconcedido pelos ministros da mais Alta Corte do país e a todos servidores do Judiciário, demonstra, senão a indiferença pela realidade vivida pelos brasileiros neste momento, pelo menos descaso com as contas públicas sobrecarregadas com os custos crescentes da máquina do Estado.

Curioso e até trágico, nesse processo, é verificar que o aumento custará cerca de R$ 4,6 bilhões aos cofres públicos até 2024. Elevará o salário dos ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de R$ 39 mil para R$ 46,3 mil, o que significa cerca de R$ 7 mil a mais, ou, exatamente, o que sugere hoje o Dieese para o compor salário mínimo real dos trabalhadores.

São dois mundos e duas realidades distintas convivendo sob o mesmo teto nesse lar desfeito que é o Brasil. Nessa questão, que se arrasta por décadas, não fosse a parte menos abonada, aquela que, obrigatoriamente, custeará os incrementos salariais que virão em cascatas torrenciais, tudo estaria resolvido. Fica aqui a pergunta secular: *quosque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?*

» A frase que foi pronunciada

"O primeiro objetivo quando escolho uma escola para as minhas crianças não é mais a grade curricular. É se terá um terceiro banheiro."

Ilza Dourado dos Santos

Abuso

» Como se não bastasse o alto preço de matrícula e mensalidade nas escolas particulares de Brasília, parece um abuso a cobrança de material escolar para os alunos.

Emergências

» Muitos chamados recebidos pelos Bombeiros e PM ficam sem solução, porque os solicitantes não atendem ao chamado de volta.
Em caso de emergência, cuide de ficar perto do telefone fornecido.

Minas treme

» Sete Lagoas tem sentido a cidade tremer.
Quem está participando da pesquisa sobre o assunto é o Observatório Sismológico da Universidade de Brasília, que instalou estações de monitoramento em sete áreas da região.
A magnitude dos tremores chegou perto dos três pontos na escala Richter.

» História de Brasília

Dados sobre o teatro: a área para dançar era duas vezes e meia a do Teatro Municipal do Rio, sendo, portanto, maior que o Ginásio do Pacaembu. Para encerar a área de dança e das mesas, foram gastos mil quilos de cera. (**Publicada em 8/3/1962***)*